

**O ATLÂNTICO, UM MAR DE IDENTIDADES: etnias africanas no Sudeste brasileiro  
(Mangaratiba, século XIX)**

Manoel Batista do Prado Junior<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar os principais grupos de africanos aportados em Mangaratiba, litoral sul fluminense do Rio de Janeiro. Discute-se uma chave de análise para a compreensão da composição das hierarquias sociais e das matrizes culturais que se manifestaram no Novo Mundo, bem como os traços culturais marcantes destes grupos de procedência. Acredita-se que um melhor conhecimento da geografia do tráfico atlântico por meio de estudos regionais seja fundamental para o avanço nas interpretações das relações estabelecidas entre os diferentes sujeitos sociais no Sudeste cafeeiro.

**Palavras-chave:** Tráfico atlântico. Identidades. Africanos.

**Abstract:** This article aims to analyze the main groups of African that arrived in Mangaratiba, South Coastal of Rio de Janeiro. It discusses a key analysis for understanding the composition of social hierarchies and the cultural matrix that has arisen in the New World, as well as the cultural traits of these groups of origin. In this sense, we believe that a better knowledge of the Atlantic slave geography through regional studies is very important to the advance in the interpretation of the relations between different social subjects in Brazilian southeast coffee plantations.

**Keywords:** Atlantic traffic. Identities. Africans.

O tráfico atlântico de africanos deu ensejo à maior e mais cruel diáspora forçada da história da humanidade, retirando compulsoriamente inúmeros indivíduos de suas terras e desarticulando suas relações sociais então estabelecidas. O tráfico foi responsável, sem dúvidas, por um profundo impacto no crescimento da população brasileira ao longo dos trezentos anos nos quais ele se fez presente. Foram cerca de quatro em cada dez africanos, importados pelas Américas, que desembarcaram nos portos brasileiros entre os séculos XVI e XIX<sup>2</sup>, o que representou uma entrada de quase quatro milhões de indivíduos em terras brasileiras para serem escravizados<sup>3</sup>.

Essas afirmativas nos trazem inicialmente dois questionamentos: o primeiro é o de como foi possível a organização desse comércio por mais de trezentos anos, mesmo após a repressão estabelecida pela Inglaterra na década de 1830 e a proibição deste trato em 1831 no Brasil. O segundo, e que será particularmente aqui discutido, é de que regiões da África eram os escravos desembarcados em terras brasileiras, e até que ponto suas matrizes

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense e bolsista do CNPq.

<sup>2</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 25

<sup>3</sup> KLEIN, Herbert S. A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n. 2, maio/ago. 1987.

culturais, heranças e recordações de vida pregressa naquele continente foram fundamentais para sua organização no Novo Mundo.

O Sudeste brasileiro, ao longo dos séculos XVIII e XIX, recebeu cativos de basicamente três grandes áreas africanas: África ocidental, centro-ocidental e a costa oriental. Segundo Manolo Florentino, no intervalo entre 1795 e 1811, a África ocidental era responsável pelo envio do pequeno contingente de 3,2% dos cativos desembarcados na praça comercial do Rio de Janeiro, sendo, a partir de 1816, inexistentes os navios oriundos daquela região. A África centro-ocidental, entretanto, se consolidou como a maior exportadora de braços para os estabelecimentos comerciais do agro e da urbe fluminense, com o volume de negreiros oriundos dessa região sendo triplicado em números absolutos após 1811. Ao mesmo tempo, também cresceram os índices de escravos desembarcados no Rio de Janeiro provenientes da costa oriental da África, mais especificamente da Ilha de Moçambique e Quilimane<sup>4</sup>.

No caso específico da África oriental, Florentino infere que ela se consolidou como grande fonte abastecedora do porto do Rio de Janeiro a partir de 1811, ao lado da região de Congo e Angola. Entre 1795 e 1811, segundo dados do autor, a Ilha de Moçambique era responsável por 4,1% do contingente de africanos aqui desembarcados. A partir da abertura dos portos, com o estabelecimento da corte portuguesa no Rio de Janeiro, a exportação de africanos pela costa oriental alcançou um ritmo ainda maior do que as saídas dos portos da costa atlântica. Dentre as hipóteses aventadas por Florentino para tal crescimento, encontra-se a de que o avultamento das exportações de Moçambique e Quilimane denotava a dificuldade dos mecanismos sociais de produção de escravos na zona congo-angolana em responder, de imediato, à grande necessidade de cativos emanada pelo Sudeste brasileiro, em franca expansão urbana das lavouras de café e das *plantations* de açúcar<sup>5</sup>.

De uma maneira geral, pode-se inferir que até a década de 1830 houve uma entrada massiva de escravos provenientes da zona congo-angolana, ou seja, costa centro-ocidental, de origem Bantu, com um contingente de 81% de todos os cativos desembarcados no porto do Rio de Janeiro sendo oriundos dessa região.

Após 1831, com o desenvolvimento do tráfico ilegal pelo Atlântico, consolidou-se o envio em grande escala de cativos da zona congo-angolana, seguido dos sucessivos desembarques provenientes de Moçambique e Quilimane. Roquinaldo Ferreira demonstrou que para burlar a repressão, o tráfico atlântico, em seu período de clandestinidade, experimentou um processo de dispersão a partir de 1830. Parte dos embarques se deslocou para o norte de Congo-Angola, buscando o refúgio que, segundo o autor, era proporcionado

---

<sup>4</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 86-87.

<sup>5</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 86-87.

por regiões sem soberania definida, com os portos de Ambriz, Cabinda e a área do rio Zaire. Nesses portos, inúmeros mercadores montaram sua base de atuação e intermediação para o ilícito comércio. Gradativamente, portanto, foram se perdendo os laços com o grande comércio realizado por Luanda e Benguela, tendo em vista que no período de ilegalidade não se faziam mais possíveis grandes embarques<sup>6</sup>.

No Rio de Janeiro, os desembarques também foram deslocados após 1831. As áreas litorâneas como o Norte Fluminense e o litoral sul passaram a ser palco de sucessivos desembarques ilegais, com destaque para os agenciados pela família Breves na restinga da Marambaia, em Mangaratiba. Em relação à fase da ilegalidade do tráfico atlântico, após a lei de 1831, pode-se inferir que Mangaratiba foi uma região inserida nesta prática até, pelo menos, 1854. Estudos recentes abordaram o papel da família Breves na atuação do comércio em escala atlântica, bem como a importância desse trato para o desenvolvimento das lavouras na capitania fluminense ao longo da primeira metade do oitocentos<sup>7</sup>. Por meio dos registros de embarque e desembarque de cativos, podemos observar a preponderância da região em análise na recepção de africanos para as lavouras fluminenses.

**Tabela 1 - Embarques de escravos na África e desembarques no litoral sul fluminense (1800-1850)**

Portos de Embarque	Mangaratiba		Marambaia		Ilha Grande		Parati		Total Desemb. **
	E	D	E	D	E	D	E	D	
Ambriz					883	800			800
Cabinda	1174	1160			5553	5000			6160
Benguela	1013	911			1062	951	566	513	2375
Luanda	805	728			7581	6817	814	737	8282
Rio Congo					731	653			653
Gabão					175	157			157
São Tomé					662	600			600
A.C.O*					838	768			768
Quilimane	607	550	1320	993	2515	2275			3818

<sup>6</sup> FERREIRA, Roquinaldo Amaral. *Dos sertões ao Atlântico: Tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola, 1830-1860*. 1995. Dissertação (Mestrado)– Universidade federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

<sup>7</sup> Cf: LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. *O Império dos Souza Breves nos oitocentos: política e escravidão nas trajetórias dos comendadores José e Joaquim de Souza Breves*. 2010. Dissertação (Mestrado)– Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010; MORAES, Daniela Paiva Yabeta de. *A capital marítima do comendador: a atuação da Auditoria Geral da Marinha no julgamento sobre a liberdade dos africanos apreendidos na Ilha de Marambaia (1851)*. 2009. Dissertação (Mestrado)– Unirio, Rio de Janeiro, 2009.

Ibo			683	559					559
Moçambique			987	894	2051	1852			2746
Lourenço Marques	442	400							400
Área indefinida				1109					1109
Total	4041	3749	2990	3555	22051	19873	1380	125	28427

\* África centro-ocidental (porto não definido)

\*\* Total de desembarcados no Sul-fluminense referente aos portos de embarque africanos.

Fonte: Trans-Atlantic Slave Trade database. [www.slavevoyages.org](http://www.slavevoyages.org). Acessado ao longo do mês de julho de 2010.

A primeira conclusão a que se pode chegar através da análise dos dados acima é de que o movimento de entrada de africanos no litoral sul fluminense foi bastante semelhante ao encontrado no porto do Rio de Janeiro e no Sudeste de uma maneira geral, com uma marcante preponderância do Centro-Oeste africano. No século XIX, essa região era comumente dividida em três áreas principais: Congo Norte (Cabinda), Angola e Benguela<sup>8</sup>.

A importante região conhecida como Congo no oitocentos era definida pela área do Cabo Lopez até a foz do Rio Zaire. Esta recebia muitos aprisionados vindos do estuário de Gabão, que estava localizado ao norte do Cabo Lopez, bem como de toda uma grande área, frutífera ao tráfico, conhecida como do Rio Zaire. Os cativos de toda a grande área do Congo Norte, quando chegados ao Rio de Janeiro, eram conhecidos como Cabinda, ao passo que uma pequena minoria ainda receberia o nome de Gabão. Para o tráfico com o Sudeste, os Cabinda compunham um dos grupos mais numerosos, da mesma maneira que os definidos como Congos e Angolas<sup>9</sup>. Muitos homens eram recolhidos em diferentes áreas do Congo Norte, inclusive no Gabão, mas eram exportados para a América por este importante porto do tráfico que era Cabinda. Em Mangaratiba, 30% dos desembarcados foram referenciados como procedentes desse porto. Faziam-se presentes também em Mangaratiba os escravos denominados Monjolos e Angicos, oriundos das áreas do Congo Norte. Eles eram facilmente reconhecidos pelas marcas faciais, como apontou J. Rugendas<sup>10</sup>. A grande quantidade de cativos de Cabinda deveu-se ao fato de os comerciantes da costa do Rio Zaire usarem esse porto como base para suas transações atlânticas.

A preponderância de Cabinda para o sul fluminense se desvenda em seu papel de destaque auferido com o advento do tráfico clandestino no final da década de 1830. Devido à forte pressão e fiscalização britânica sobre os portos que mais movimentavam o

<sup>8</sup> KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 50

<sup>9</sup> KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 51

<sup>10</sup> RUGENDAS, Joham Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

malfadado comércio na foz do Rio Zaire e em Luanda, os desembarques se redirecionaram para as áreas mais ao norte<sup>11</sup>. Regiões como Cabinda, Malemba, Loango e Mayumba ganhariam muito destaque a partir disso.

Outros dois grandes portos de embarque na África eram Luanda e Benguela. Como apontou Mary Karasch, esse contingente de cativos desembarcados no sudeste brasileiro, muitas vezes identificados como Angola, Cassange, Rebolo, Cabundá e Quissamã, possuía imagens positivas dos senhores de escravos cariocas. Foram eles muitas vezes apontados por viajantes como escravos excelentes, que não se revoltavam como os *mina* e que eram fortes e aptos ao trabalho nas lidas da roça<sup>12</sup>.

Outro grande grupo aportado em Mangaratiba, responsável por 26% dos cativos desembarcados na região, era proveniente da África Oriental. Eram chamados principalmente de Moçambiques, Quilimanes e Ibos. No Rio de Janeiro, os Moçambiques eram valorizados por alguns e desprezados por outros. Quanto às suas qualidades para servir ao cativo, eram tidos como bons para o trabalho árduo. Alcançavam preços elevados por serem classificados como inteligentes e mais pacíficos do que os *mina*, que tinham fama de insubordináveis e, por isso, eram menos valiosos. Os relatos de época geralmente os classificam como feios, ressaltando suas cicatrizes faciais, adquiridas em razão de costumes étnicos<sup>13</sup>. Os principais portos de embarque dos Moçambiques na costa africana eram na Ilha de Moçambique, em Lourenço Marques, em Inhambane, em Ibo e em Quilimane.

Chama-nos a atenção o fato de que os africanos do leste eram os que tinham de aguentar a viagem mais longa para chegar à América. Provavelmente, em função disso, percebe-se uma maior diferença entre a quantidade de embarcados na África e os desembarcados na costa brasileira. Em Mangaratiba, por exemplo, 7,9% dos que realizaram a travessia atlântica vindos da costa oriental não concluíram a viagem, provavelmente morreram, enquanto apenas 3,3% dos que vieram das áreas ocidental e centro-ocidental africanas não sobreviveram. O valor mais alto dos Moçambiques pode ser explicado também pelo risco assumido pelo traficante que resolvesse comercializar com aquela região, assumindo maiores taxas de mortalidade. Ademais, o deslocamento do tráfico para a costa oriental foi realizado em um momento em que já se marcava uma elevação no preço dos cativos, em decorrência das proibições do tráfico e fiscalizações britânicas.

---

<sup>11</sup> FERREIRA, Roquinaldo Amaral. *Dos sertões ao Atlântico: Tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola, 1830-1860*. 1995. Dissertação (Mestrado)– Universidade federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995; KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>12</sup> Para uma análise dos *mina* enquanto grupo étnico na cidade do Rio de Janeiro, cf.: SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

<sup>13</sup> KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 59

## Pressupostos de uma identidade afro-americana e o Sudeste brasileiro como área de fluxos culturais

Povos de diversas regiões da África, portanto, aportaram no Rio de Janeiro em períodos variados, contribuindo para a formação de escravarias com diferentes origens étnicas. Cabe, no entanto, questionar sobre a representação dessas diferenças demarcadas pelos senhores no seio das hierarquias sociais do Novo Mundo e sobre as suas correlações com os fluxos e refluxos culturais na África. Destacam-se as chegadas recorrentes de afro-orientais e afro-centro ocidentais, todos falantes de língua Bantu. Segundo Robert Slenes, a escravidão nas áreas de lavoura no Rio de Janeiro e em São Paulo, na primeira metade do oitocentos, era quase totalmente africana. Além do maior contingente dos cativos ser oriundo da África, os nascidos no Brasil eram provenientes de famílias compostas por africanos, e criados e sociabilizados em um ambiente repleto de heranças e recordações da outra margem do Atlântico.

Os falantes de línguas Bantu possuíam traços culturais em comum e compunham a quase totalidade dos escravos existentes no Sudeste. Essa constatação vai de encontro a estudos que tenderam a compreender a organização das escravarias salientando as diferenças étnicas entre os cativos como razões possíveis para a inexistência de uma comunidade. O termo *malungo*, que significava “companheiro de travessia”, foi estudado por Robert Slenes como um dos exemplos de possibilidade de formação de laços identitários entre os cativos antes mesmo da chegada ao Brasil, ao longo da travessia atlântica<sup>14</sup>.

Traçando a significação do termo *malungo* em algumas línguas de origem bantu, Slenes observou que em umbundu, esse termo, frequentemente, tinha o significado de “companheiro de sofrimento”. Muitos escravos, oriundos não apenas da costa oeste mas também do interior e da costa leste, de acordo com sua argumentação, teriam chegado ao sentido de malungo como irmão/parente. Relacionando o termo *malungo* à *kalunga*, que em Kikongo, Kimbundu e Umbundu significam “mar”, Slenes chegou à conclusão de que malungo, no Sudeste brasileiro, significava “companheiro de travessia”, e ainda “para a travessia para uma nova vida”, gerada pela morte branca, de acordo com o jogo de crenças e referenciais culturais da África central-austral<sup>15</sup>.

A significação dos termos assinalados dava-se obrigatoriamente por meio da experiência de cativo compartilhada, ou seja, por meio das matrizes culturais reorganizadas e reelaboradas no Novo Mundo, validadas pela conjuntura do cativo nas

---

<sup>14</sup> SLENES, Robert W. “Malungu, ngoma vem!”: África coberta e descoberta no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 12, p. 48-67, dez. 1991; fev. 1992.

<sup>15</sup> SLENES, Robert W. “Malungu, ngoma vem!”: África coberta e descoberta no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 12, dez. 1991; fev. 1992. p. 54-55.

ações cotidianas. Essas questões são fruto de um grande debate acerca do papel das heranças africanas na formação das culturas no contexto da diáspora, demonstrando-se como tema bastante controverso. Seguiremos na observação desses debates para que se possa compreender melhor o papel da cultura e a importância de se remeter à África para a compreensão das relações familiares estabelecidas entre senhores, escravos e libertos.

Foi com base nessas semelhanças linguístico-culturais dos desembarcados no Sudeste brasileiro ao longo do século XIX que Slenes postulou a formação de uma *protonação bantu*, o que se demonstra muito interessante de se investigar em função dos elevados índices de africanidade. Com a formação dessa unidade no Sudeste cafeeiro, podemos compreender melhor as formas de atuação e estratégias de cativos que permeavam suas visões de mundo.

Outras formas de manifestação de africanidades no Novo Mundo eram os jongos e batuques. Eles são tidos como um locus privilegiado por alguns historiadores a fim de se compreender elementos de uma cosmologia da África central e sua reestruturação nas fazendas cafeeiras do Sudeste brasileiro<sup>16</sup>. A utilização de seus pontos como forma de compreender aspectos da cultura africana, manifestados no mundo da diáspora, veio acompanhada do crescimento do conhecimento sobre os povos da África central, graças aos estudos desenvolvidos, entre outros, por Jan Vansina, que já demonstrou a forte unidade cultural que marca essa região<sup>17</sup>.

Os povos da África central, tanto ocidental quanto oriental, guardam estreitas semelhanças em seus pressupostos cosmológicos no que diz respeito à etiologia da doença e do infortuito, tendendo a procurar formas de terapia para se restaurar a saúde, obtendo a fruição em cultos de tambores e aflição, onde ressaltam a música e a dança como formas de cura<sup>18</sup>. É com base nessas concepções que Slenes chegou à conclusão de que o jongo, dançado e cantado no Brasil, era um fenômeno típico da área centro-africana, tanto da costa ocidental quanto oriental.

Destaca-se ainda a forte noção, enraizada na África central, do ancião como detentor de conhecimento e poder, demonstrando a importância do papel geracional nas famílias, compreendidas então como linhagem. Pesquisas já demonstraram a importância das famílias para o Sudeste cafeeiro, assim como sua presença intergeracional e a organização

---

<sup>16</sup> PACHECO, Gustavo; LARA, Sílvia H. *Memória do jongo: as gravações históricas de Stanley Stein* (Vassouras, 1949). Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas: Cecult, 2007; AGOSTINI, Camilla. *Africanos no cativo e a construção de identidades no Além-mar*. Vale do Paraíba, século XIX. 2002. Dissertação (Mestrado)– Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2002.

<sup>17</sup> VANSINA, Jan. *Paths in the rainforests: toward a history of political tradition in equatorial África*. Madison: University of Wisconsin Press, 1990.

<sup>18</sup> JANZEN, John. *Lemba, 1650-1930. A drum of affliction in África and the new world*. New York: Garland Publishing, 1982 e Ngoma: discourses of healing in Central Africa and Southern Africa. Berkeley: University of California Press, 1992. apud: SLENES, Robert W. “eu venho de muito longe, eu venho cavando”: jongueiros cumba na senzala centro-africana. In: PACHECO, Gustavo; LARA, Sílvia. *Memória do Jongo*. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas: Cecult, 2007.

de cultos de aflição nas fazendas. Todas essas manifestações, não obstante, comprovam o papel de criação, reelaboração e estruturação de fluxos culturais através da prática, da agência cativa, com objetivos, finalidades e resultados dos mais variados. Parte-se do pressuposto não apenas do escravo como sujeito histórico, mas também da cultura como um fluxo contínuo.

### **O conceito de criouliização e a concepção de cultura em fluxo**

Sidney Mintz e Richard Price, no clássico ensaio *O nascimento da cultura afroamericana*, cunharam o conceito de criouliização ao refletirem sobre a formação da cultura e identidades dos escravos nas sociedades escravistas do Novo Mundo. Para tal empreitada, os autores partiram do pressuposto básico de que a cultura deveria ser pensada diretamente relacionada aos processos sociais nos quais se encontra inserida e é vivenciada, o que os autores denominaram de concepção sociorrelacional de cultura, e que posteriormente seria identificado como as noções de fluxos culturais<sup>19</sup>. Os autores afirmam que os africanos de todo o Novo Mundo só passaram a ser uma comunidade na medida em que começaram a partilhar uma cultura que eles mesmos criaram. Os sistemas culturais preexistentes na África puderam servir para o processo no qual indivíduos de diversas sociedades forjaram novas instituições no contexto das situações características da escravidão, sem, no entanto, determinarem *stricto sensu* as ações destes indivíduos nas Américas<sup>20</sup>. A grande inovação dessa abordagem encontra-se na busca do entendimento dos processos de transformação cultural. O processo de criouliização tem como pressuposto fundamental a própria noção de que nenhuma cultura pode se manter intacta, mas encontra-se sempre em processo de reformulação, tendo em vista os fenômenos sociais pelos quais opera.

Mintz & Price questionam a visão de permanências da África em algumas manifestações culturais nas Américas, argumentando que não há continuidades diretas, mas exemplos de produtos de desenvolvimento e inovações independentes. Tais permanências, desta forma, devem ser analisadas em função das condições básicas em que ocorreram as migrações de africanos escravizados. Os autores acreditam em instituições gerais que foram capazes de unir as comunidades escravas. Tais formas

---

<sup>19</sup> MINTZ, Sidney W.; PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas; UCAM, 2003. p. 71.

<sup>20</sup> MINTZ, Sidney W.; PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas; UCAM, 2003. p. 38.



culturais puderam ser forjadas na escravidão, mas não podem ser definidas restringindo-se aos povos ou sociedades cujas origens físicas eram africanas<sup>21</sup>.

O impacto do conceito de *crioulização* tem sido enorme para os estudos sobre a escravidão e cultura africana, produzindo discussões e duras críticas à Mintz & Price. Uma das problemáticas que mais tem balizado os debates é justamente como se pensa a herança africana. Alguns africanistas acusam os fundadores da escola da crioulização de negarem os vínculos entre a África e suas heranças na diáspora no Novo Mundo<sup>22</sup>. O africanista Paul Lovejoy sustentou que o conceito de crioulização era eurocêntrico ao enfatizar o quanto a cultura africana havia sido subsumida<sup>23</sup>.

John Thornton, em *África e os africanos na formação do Mundo Atlântico*, promoveu uma abordagem sobremaneira interessante das trocas culturais entre europeus e as variadas etnias dentro do próprio centro-oeste africano. No entanto, parece que para o caso específico dos africanos nas Américas o autor busca analisar mais as permanências culturais transplantadas pelo Atlântico do que processos de recriação cultural. Thornton critica Mintz & Price, afirmando que eles subestimam o papel das heranças africanas na formação das culturas do Novo Mundo e que postulam uma variedade cultural dos africanos escravizados muito maior do que o que suas pesquisas comprovam. Em sua concepção, os autores sustentam que tal diversidade africana teria funcionado como uma barreira para a construção de uma cultura americana baseada na África<sup>24</sup>.

Percebe-se nesse ponto uma grande distinção entre os autores africanistas e os de orientação da escola da crioulização. Steling Stuckey sugeriu em suas análises a permanência de grandes traços culturais africanos em meio às sociedades escravistas formadas no novo continente. Ao abordar a formação de círculos ritualísticos nos Estados Unidos, percebeu a preservação de fortes raízes africanas abrindo espaço para conjecturações essencialistas em que não figuram diálogos culturais, mas apenas padrões ligados diretamente à África negra<sup>25</sup>.

De maneira diferente de Stuckey, Peter Wade, em interessante estudo sobre os estilos musicais associados aos negros na Colômbia e as concepções de negritude, aproxima-se de Mintz & Price quando, mesmo reconhecendo a permanência de

---

<sup>21</sup> MINTZ, Sidney W.; PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas; UCAM, 2003. p. 112.

<sup>22</sup> PRICE, Richard. O milagre da crioulização: retrospectiva. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, 2003. p. 388.

<sup>23</sup> LOVEJOY, Paul E. *Identifying enslaved Africans: methodological and conceptual considerations in studying the African diaspora*. Trabalho preparado para o UNESCO/SSHRCC. Summer institute York University, 1997. Apud: PRICE, Richard. O milagre da crioulização: retrospectiva. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 383-419, 2003.

<sup>24</sup> THORNTON, John K. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

<sup>25</sup> STUCKEY, Steling, *Slave Culture, Nationalist Theory and the Foundation of Black America*. New York: Oxford, 1987.

determinados elementos da cultura africana, aborda esses elementos através da pressuposição da existência de transformações inerentes a tais processos. Para o autor, mostra-se fundamental refletir sobre os contextos sócio-históricos, sejam urbanos ou rurais, nos quais se recriaram elementos das culturas africanas<sup>26</sup>. Consoante a tal perspectiva, encontramos ainda as reflexões propostas por Denis Constant Martin. Por meio das heranças musicais da escravidão, Martin objetiva compreender os processos de criouliização que marcaram os constantes intercâmbios culturais na América do Norte e na África do Sul<sup>27</sup>. O autor se vale dos pressupostos de Édouard Glissant para abordar o conceito de criouliização, definindo-o como o resultado das relações entre diferentes culturas ou vários elementos de culturas distintas em um determinado espaço. Tal criouliização, nessa perspectiva, seria marcada, substancialmente por conflitos e surgido objetivamente a partir da exploração escravagista<sup>28</sup>.

Por meio do que foi aqui brevemente exposto, é possível inferir que cada vez mais ganha espaço a perspectiva transatlântica de pensar o tráfico e as sociedades que se formaram através de diversas matrizes culturais como espaços fundamentalmente marcados pelas trocas simbólicas, em contraposição aos estudos que buscavam enfatizar apenas as heranças africanas como elementos quase que imutáveis não inseridos em um processo de dinâmicas inter-relacionadas à perspectiva social<sup>29</sup>. Nesse sentido, é fundamental que busquemos compreender as manifestações e os processos de criação e recriação cultural que marcaram as escravarias no Sudeste brasileiro. Para tanto, um primeiro e bom passo é termos conhecimento dos grupos, nações, identidades e costumes que aqui aportavam. Esse breve artigo buscou auxiliar na identificação desses principais grupos de africanos aportados no Sudeste brasileiro na primeira metade do oitocentos, produzindo subsídios para a compreensão das manifestações das diversas Áfricas no Brasil.

---

<sup>26</sup> WADE, Peter. “Compreendendo a ‘África’ e a ‘negritude’ na Colômbia”: a música e a política da cultura. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, ano 25, n. 1, 2003.

<sup>27</sup> MARTIN, Denis-Constant. *L’Héritage Musical de l’esclavage. De la creolization à la world music*. (artigo inédito para o dossiê tempo 28, em fase de tradução).

<sup>28</sup> Cf: GLISSANT, Édouard. *Poétique de La Relation: Poétique III*. Paris: Gallimard, 1990.

<sup>29</sup> Pode-se citar como exemplo o trabalho desenvolvido por Paul Gilroy. Cf: Gilroy, Paul. *O Atlântico Negro*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

## Referências bibliográficas

AGOSTINI, Camilla. *Africanos no cativo e a construção de identidades no Além-mar. Vale do Paraíba, século XIX*. 2002. Dissertação (Mestrado)– Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2002.

ANDRADE, Marcos Ferreira. *Rebeldia e Resistência: as revoltas escravas na Província de Minas Gerais 1831-840*. 1996. Dissertação (Mestrado)– Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_. *Sinhás pretas, damas mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. 2004. Tese (Professor Titular de História)– Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

FERREIRA, Roquinaldo Amaral. *Dos sertões ao Atlântico: Tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola, 1830-1860*. 1995. Dissertação (Mestrado)– Universidade federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, c. 1790- c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

GLISSANT, Édouard. *Poétique de La Relation: Poétique III*. Paris: Gallimard, 1990.

HALL, Gwendolyn Midlo. Cruzando o Atlântico: etnias africanas nas Américas. *TOPOI*, v. 6, n. 10, p. 29-70, jan.-jun. 2005.

HALL, Stuart. Créolité and the process of creolization. In: OKWVI, Enwezor (Ed.). *Creolité and Creolization*. Ostgildem-Ruit (Germany): Hantje Cantz Publishers, 2003.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KLEIN, Herbert S. A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n. 2, maio/ago. 1987.

LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. *O Império dos Souza Breves nos oitocentos: política e escravidão nas trajetórias dos comendadores José e Joaquim de Souza Breves*. 2010. Dissertação (Mestrado)– Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

MARTIN, Denis-Constant. *L'Héritage Musical de l'esclavage. De la creolization à la world music*. (artigo inédito para o dossiê tempo 28, em fase de tradução).

MORAES, Daniela Paiva Yabeta de. A capital marítima do comendador: a atuação da Auditoria Geral da Marinha no julgamento sobre a liberdade dos africanos apreendidos na Ilha de Marambaia (1851). 2009. Dissertação (Mestrado)– Unirio, Rio de Janeiro, 2009.

MINTZ, Sidney W.; PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas; UCAM, 2003.

PACHECO, Gustavo; LARA, Sílvia H. *Memória do jongo: as gravações históricas de Stanley Stein (Vassouras, 1949)*. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas: Cecult, 2007.

PRICE, Richard. O milagre da criouliização: retrospectiva. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 383-419, 2003.

RUGENDAS, Joham Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

SLENES, Robert W. “eu venho de muito longe, eu venho cavando”: jogueiros cumba na senzala centro-africana. In: PACHECO, Gustavo; LARA, Sílvia. *Memória do Jongo*. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas: Cecult, 2007.

\_\_\_\_\_. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

\_\_\_\_\_. Senhores e Subalternos no Oeste Paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da Vida Privada no Brasil. A Corte e a Modernidade Nacional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. “Malungu, ngoma vem!”: África coberta e descoberta no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 12, p. 48-67, dez. 1991; fev. 1992.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

STUCKEY, Steling, *Slave Culture, Nationalist Theory and the Foundation of Black America*. New York: Oxford, 1987.

THORNTON, John K. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

VANSINA, Jan. *Paths in the rainforests: toward a history of political tradition in equatorial África*. Madison: University of Wisconsin Press, 1990.

VASCONCELLOS, Márcia Cristina Roma. *Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801-1888*. 2006. Tese (Doutorado)– Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

WADE, Peter. “Compreendendo a ‘África’ e a ‘negritude’ na Colômbia”: a música e a política da cultura. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, ano 25, n. 1, 2003.